

# A desconstrução dos sem-terra na mídia impressa: os enquadramentos sobre o MST em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo (2001-2004)

*Paulo Henrique Dantas Pita\**

Resumo:

Este artigo tem por finalidade analisar como o jornalismo opinativo de *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, construiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em suas páginas editoriais entre os anos de 2001 e 2004. O recorte temporal remonta a um período de transição política entre os governos do PSDB e do PT. A pesquisa utiliza como corpus 67 editoriais da mídia impressa. A metodologia utilizada é a análise de enquadramentos. Os seguintes códigos foram categorizados nas leituras dos editoriais: a negação da condição camponesa; criminalização das lideranças; argumentos legalistas e constitucionais; negatização do sujeito sem-terra; o MST não deveria existir; agronegócio e neoliberalismo; pressão política.

**Palavras-chave:** MST. Mídia impressa. O Estado de S. Paulo. Estrutura fundiária. Enquadramentos jornalísticos.

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: paulohenrique.ba@gmail.com

## The deconstruction of the landless in print media: framing the MST in newspaper editorials of O Estado de S. Paulo (2001-2004)

### **Abstract:**

This paper analyses how the opinion journalism of the newspaper “O Estado de S. Paulo” portrayed the Landless Workers Movement (MST) between 2001 and 2004, when presidential elections replaced the long-standing right-wing PSDB political party by the left-wing political party (PT). The results were obtained by analyzing 67 editorials from the newspaper press media. The methodology used was framing analysis. The following codes were categorized in the editorial readings: the denial of the peasant condition; criminalization of leaders; legalistic and constitutional arguments; negation of the landless subject; the MST shouldn’t exist; agribusiness and neoliberalism; political pressure.

**Keywords:** MST. Printed media. O Estado de S. Paulo. Land structure. Journalistics frame.

## La deconstrucción de los sin tierra en los medios impresos: enmarcando el MST en los editoriales de los periódicos de O Estado de S. Paulo (2001-2004)

### **Resumen:**

Esta investigación tiene como objetivo analizar cómo el periodismo opinativo en O Estado de S. Paulo construyó el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en sus páginas editoriales entre 2001 y 2004. El marco temporal se remonta a un período de transición política entre los gobiernos del PSDB y del PT. La investigación utiliza 67 editoriales de los medios impresos como corpus, la metodología utilizada es el análisis de encuadres. Los siguientes códigos fueron categorizados en las lecturas editoriales: la negación de la condición campesina; criminalización de líderes; argumentos legalistas y constitucionales; negativo del sujeto sin

tierra; el MST no debería existir; agronegocios y neoliberalismo; presión política.

**Palabras clave:** MST. Periódico. O Estado de S. Paulo. Estructura de la tierra. Marcos periodísticos.

O papel impresso é mais forte que as metralhadoras  
Oswald de Andrade

Desde os primórdios da colonização, é notório que a terra ocupa um papel central na história brasileira. A posse de grandes extensões rurais significa, ontem e hoje, poder político e econômico. São muitos os processos sociais envolvendo questões fundiárias e agrárias: a escravidão, a imigração, a modernização do campo, a formação de elites políticas rurais, o surgimento de um grande contingente de pessoas sem acesso à terra.

Muitas são as obras que investigam o papel do universo rural e da posse de grandes quantidades de terra e sua ligação com elites políticas que são parte de um poder pautado em mandos, clientelismo, violência e expropriação. O modelo fundiário altamente concentrador da propriedade no Brasil restringiu o acesso à terra por muitas pessoas: “[...] há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários de terra” (Faoro, 2012, p. 463). O autor faz referência ao contexto de 1822 no Brasil, mas que transmite a realidade dos dias atuais.

É diante do contexto de exclusão do acesso à terra e, conseqüentemente, da pobreza, fome e miséria, que muitos grupos surgiram no cenário brasileiro nos anos 1960 reivindicando cidadania, reforma agrária e inclusão. Alguns movimentos<sup>1</sup> se

<sup>1</sup> Salienta-se a importância de atores que formaram, política e ideologicamente, os movimentos sociais, sendo cruciais para o surgimento deles, como o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o ativismo social presente na Igreja Católica, via Teologia da Libertação.

engajaram em lutar diretamente nas questões da terra no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores Rural (CUT Rural), a Confederação Nacional Trabalhadores Agricultura (CONTAG) e as Ligas Camponesas.

A luta pela terra não se restringe apenas ao campo geográfico ou aos palanques políticos, mas também está presente nos meios de comunicação de massa. Diante de atores políticos, movimentos sociais, conflitos e interesses econômicos, a grande mídia atua como um ator de grande relevância nas questões agrárias e fundiárias no Brasil (Vieira, 2019; Indursky, 2019). Os *media* cumprem um papel de agendamento de determinadas temáticas, assim como a defesa de determinadas posições políticas e ideológicas (Thompson, 2014).

Este artigo analisa os enquadramentos construídos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) – um dos veículos mais influentes e tradicionais da estrutura comunicacional brasileira –, sobre o movimento social mais importante na luta pela terra no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para realizar a análise, o artigo investiga o jornalismo opinativo a partir do conteúdo dos editoriais sobre o MST entre os anos de 2001 até 2004 na mídia impressa.

O recorte temporal marca a transição política do governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de dois momentos históricos distintos: o primeiro remonta a uma oposição por parte do Estado ao MST (2001-2002) e o segundo traz uma esperança e expectativa da realização da reforma agrária por parte do MST (2003-2004). É necessário considerar que entre 2003 e 2004, houve um grande aumento de editoriais sobre o MST em relação ao período de 2001 e 2002. Ambos os períodos possuem um impacto distinto na construção editorial da mídia sobre os sem-terra.

Sobre o gênero jornalístico escolhido, Azevedo e Chaia (2010) informam que o jornalismo opinativo pressupõe expressar a opinião dos meios de comunicação por meio do discurso editorial, que se baseia em comentários, avaliações e pontos de vista sobre determinado tema. A função do jornalismo opinativo também é sinalizada por Brito (1994 apud Azevedo; Chaia, 2010) e trata-se de persuadir a opinião pública e as instituições por meio de aviso, palavra de ordem, de tal modo que as exposições de pontos de vista complementam a análise, a avaliação e a interpretação sobre os padrões do tema abordado.

Este artigo está dividido em quatro seções: a primeira seção trata dos aspectos metodológicos e de execução da pesquisa, no qual abordamos a construção do corpus, metodologia utilizada e o processo de construção das categorias utilizadas. A segunda traz um panorama geral que aborda as origens históricas e características gerais do MST e do O Estado de S. Paulo. Em seguida, a terceira contém o conteúdo empírico do artigo, esse tópico apresenta os principais argumentos de cada enquadramento analisado, para isso foi utilizado recortes dos editoriais da mídia impressa. Por fim, a quarta seção diz respeito a parte teórica da pesquisa, aqui os dados são retomados e analisados teoricamente.

## 1. Aspectos metodológicos

*O corpus* da investigação inclui 67 editoriais em formato PDF, extraídos do acervo Estadão<sup>2</sup>, entre 2001 e 2004. Por se tratar de um estudo sobre enquadramentos jornalísticos, a metodologia escolhida foi a análise de enquadramentos, refinada e adaptada por Matthes e Kohring (2008) e Vimeiro e Maia (2011). *O emprego da metáfora do enquadramento (framing)*, já conhecido por meio dos trabalhos de Goffman (2012), permitiu que uma corrente de

<sup>2</sup> O acervo do jornal pode ser consultado em: <https://acervo.estadao.com.br>.

*pesquisadores analisasse a construção de informações por parte dos jornais (Breton; Proulx, 2013).*

De acordo com Motta (2010), o *frame* é parte de um esforço jornalístico em construir as ocorrências do dia a dia. Nesse processo de enquadrar a realidade do mundo social, são utilizados temas, termos, assuntos e caracterizações que se tornam ferramentas que permitem que a mídia impressa construa o MST dentro das suas páginas.

Matthes e Kohring (2008) explicam a análise de enquadramentos como uma metodologia que visa desmembrar o *frame* em elementos para facilitar a investigação. O sentido, associações, valores, diagnósticos e soluções ofertados pela mídia precisam ser interpretados de maneira separada, permitindo uma investigação minuciosa e detalhada de cada enquadramento. Vimeiro e Maia (2011) constroem alternativas metodológicas para o campo e lançam a “análise indireta de enquadramentos”. As autoras ressaltam a necessidade de entender o contexto cultural e histórico no qual os enquadramentos foram inseridos. Os *frames* são textos, inclusive nos contextos sócio-históricos, que formam um entendimento de algum grupo social ou temática dentro do texto midiático.

A literatura metodológica utilizada neste artigo pressupõe a necessidade de agrupar os enquadramentos em códigos, visando a uma classificação minuciosa da totalidade das matérias de acordo com categorias previamente escolhidas pelo pesquisador. Bauer (2015) define a codificação como o agrupamento de passagens de texto comuns, dentro de códigos teóricos e empíricos, que permite uma interação entre pesquisador e objeto. Esse processo envolve a identificação, o registro de fragmentos textuais e posterior comparação, na qual um conjunto de questões (códigos) norteia a forma como o pesquisador consegue suas respostas de pesquisa.

Os códigos foram construídos a partir de uma amostra aleatória de cinco editoriais por ano. Por meio da leitura prévia dos 20 textos, foi

possível chegar a certos padrões, argumentações e tendências. Os seguintes códigos foram aplicados na pesquisa: a negação da condição camponesa; criminalização das lideranças; argumentos legalistas e constitucionais; negatização do sujeito sem-terra; o MST não deveria existir; agronegócio e neoliberalismo; e pressão política. Os códigos foram aplicados aos textos com auxílio do *software* ATLAS.ti.

### 3. O MST e o jornal *O Estado de S. Paulo*: uma breve introdução

A alta concentração fundiária, durante toda a história brasileira até os dias atuais, gerou impactos direto no campesinato e criou um enorme descompasso entre aqueles que possuem acesso à terra e outros grupos sociais excluídos da sua conquista (Zuin, 2018; Indursky, 2019; Vieira, 2019). Dentre as frações sociais oriundas da desigualdade rural, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Alguns acontecimentos estão diretamente ligados ao surgimento do MST, como a modernização conservadora, também chamada de Revolução Verde. Durante as décadas de 1960 e 1970, a agricultura familiar também sofreu uma redução nas esferas produtivas, fato que consagrou o consumo de alimentos industrializados e o modelo de agronegócio (Vieira, 2019).

De acordo com Fernandes (2010), durante os anos de 1965 e 1985, o campo brasileiro passou por grandes transformações tecnológicas, de insumos, maquinários e fertilizantes. Essas mudanças foram financiadas pelo Estado brasileiro e voltadas à grande produção. Como consequência, essa modernização conservou as bases de concentração fundiária, o que gerou mais desigualdades e expropriações no campo.

O trabalho da Igreja Católica, via doutrina da Teologia da Libertação e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi crucial para o

nascimento do MST. Segundo Zuin (2018), a CPT tinha como proposta unificar as articulações camponesas fragmentadas pelo Brasil. O domínio eletrônico<sup>3</sup> do MST reconhece que o trabalho católico é parte da própria história do movimento, que une ideologia cristã a traços como justiça social, direitos humanos e acesso à terra.

Salienta-se a existência de movimentos sociais e iniciativas anteriores ao movimento, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Dessa maneira, o MST acumulou experiência de lutas anteriores e se apresenta como um continuador de movimentos no campo de diversas ordens (Vieira, 2019; Martins, 1986). As organizações embrionárias do MST chegaram à conclusão de que, se não houvesse uma reforma agrária massiva e voltada aos interesses dos trabalhadores, a situação tenderia a piorar, aumentando a desigualdade no campo, a violência e a pobreza (Botelho Egas, 2008).

O MST surgiu no dia 17 de abril de 1984, na cidade de Cascavel-PR, quando houve o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Seus objetivos iniciais eram: “[...] lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país<sup>4</sup>”.

Esse movimento social obteve êxito em permanecer atuante por três décadas e se posicionar frente ao Estado brasileiro, atravessando desde o mandato de José Sarney (1985-1990) até o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 até os dias atuais). Ao longo da sua história, a organização procurou combinar a tática de enfrentamento direto aos proprietários rurais, a partir das ocupações de terra, com a tarefa de enfrentamento aos diversos governos, por meio da negociação com o Estado pela desapropriação das áreas ocupadas (Botelho Egas, 2008).

<sup>3</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em 11 jun. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em 11 jun. 2021.

O MST é o principal movimento social de luta pela terra no Brasil e, atualmente, a organização está consolidada geograficamente em praticamente todos os estados. A sua pauta histórica e central é a reforma agrária (Caldart, 2001), mas outras bandeiras<sup>5</sup> também são levantadas pelos sem-terra, como: acesso à cultura, combate à violência sexista, democratização da comunicação, acesso à saúde pública, combate à desigualdade social, reforma política e soberania nacional.

Ao longo dos seus 37 anos, o MST incluiu, em suas fileiras de militância, sujeitos e personagens até então marginalizados e excluídos da cena política, transformando atores invisíveis em protagonistas da luta por terra no Brasil (Caldart, 2004). Essa inclusão tornou a base do movimento ampla, diversa e heterogênea, conforme aponta Marques (2006, p. 190): “a grande heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento”.

Uma vez contextualizado o movimento social, é necessário explicar sobre a mídia impressa escolhida, que cobriu toda a história do MST. O jornal *A Província de São Paulo* foi fundado em 4 de janeiro de 1875, por um grupo de abolicionistas e republicanos que lutava contra a escravidão e o regime monarquista (Vieira, 2019). Em dezembro de 1891, mudou seu nome para *O Estado de São Paulo* e, em 1902, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário do diário (Vieira, 2019; Piligallo, 2012). A família Mesquita está na quarta geração à frente do jornal. O modelo de gestão da mídia é dividido entre dois conselhos: o primeiro, com 16 acionistas, e o segundo, de administração, formado por membros da família Mesquita (Sant’Anna, 2008).

<sup>5</sup> Sobre as bandeiras do MST: [mst.org.br/quemsomos/#bandeiras](http://mst.org.br/quemsomos/#bandeiras). Acesso em 20 dez. 2021.

Conforme salienta Fonseca (2005), o jornal *O Estado de S. Paulo* caracteriza-se por defender posições liberais-conservadoras e tradicionalistas. É nítido, ao longo da sua história, defesas irrestritas da doutrina liberal, da ordem, da autoridade e da defesa da propriedade privada.

Parte da história do jornal investigado está diretamente imbricada com outra mídia impressa. O *Jornal da Tarde* (JT) foi fruto de um esforço do Grupo Estado em modernizar o jornalismo brasileiro e dar um toque informal para a nova mídia. O JT era popularmente chamado de “Estadinho” e *O Estado de S. Paulo*, “Estadão”. As duas mídias eram controladas diretamente pela família Mesquita. Os anúncios em ambos os jornais, muitas vezes, apareciam de forma conjugada. As coberturas sobre alguns temas também eram realizadas em sincronia entre o JT e o OESP. Em 2012 foi anunciado o fim do *Jornal da Tarde* (Calado, 2012). Alguns cadernos, como o *Jornal do Carro*, foram incorporados pelo OESP.

Atualmente, a mídia impressa *O Estado de S. Paulo* pertence ao Grupo Estado, sendo um conglomerado de empresas do ramo jornalístico, que engloba *O Estado de S. Paulo*, *Eldorado FM*, *TV Eldorado*, *Rádio Estadão*, *TV Estadão* e *Agência Estado*.

Figura 1: Infográfico sobre o Grupo Estado



Fonte: Media Ownership Monitor Brasil

Vale ressaltar que o aglomerado midiático citado já não possui amarras físicas, isto é, não se restringe apenas à capital paulista e ao *Estado de São Paulo*. Nas palavras de Francisco de Mesquita Neto<sup>6</sup>: “[...] Estadão como uma estratégia multiplataforma integrada (papel, digital, áudio, vídeo e mobile), para levar um maior volume de conteúdo a mais leitores, sem barreira de distância”. Uma prova disso é que a mídia ocupa as principais redes sociais. Além disso, as suas edições são diariamente lançadas em formato digital, fato que integra o jornal paulistano na globalização mundial da informação.

Moraes (2013) aponta que os megagrupos midiáticos, neste caso, o Grupo Estado, detêm a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas que regem habilmente os processos de produção da informação. A convergência entre mídia, telecomunicações e informática viabiliza o aproveitamento de um mesmo produto em diferentes plataformas, assim, trata-se de um monopólio dos meios de transmissão, distribuição, circulação e exibição (Moraes, 2013).

O jornal escolhido para análise figura entre os quatro jornais mais lidos e de maior tiragem desde a década de 1960 (Sant’Anna, 2008) e, em 2016, foi o terceiro jornal mais lido do país. Essa mídia aborda o tema da questão fundiária, do campeonato brasileiro e dos sem-terra desde o século XIX.

Na década de 1980, o caderno “*Questão Agrária*” foi criado, evidenciando a importância e o interesse que a temática agrária e fundiária adquiriu tanto no Brasil quanto dentro do jornal. A permanência desse caderno ao longo de mais de 20 anos demonstra o interesse da mídia em pautas relacionadas aos movimentos sociais rurais, à reforma agrária e ao debate da produtividade e renda da terra. A quantidade de matérias sobre o movimento social no Acervo Es-

<sup>6</sup> Visto em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/10/grupo-estado-anuncia-o-fim-do-jornal-da-tarde.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

tadão também é um indicativo da importância dessa organização para o jornal. Em torno de 11 mil matérias foram publicadas entre 1984 e 2016 com os termos “MST”, “Movimento Sem Terra” e “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. Como pontua Indursky (2019, p. 169): “O surgimento do movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil desencadeou uma discussão muito intensa sobre suas práticas”. Assim, este artigo contribui tanto com a sempre intensa discussão sobre o movimento pela terra como com a literatura acadêmica que analisa o enquadramento sobre o MST na mídia (Berger, 1998; Comparato, 2001; Souza, 2002; Hammond, 2004; Gonçalves, 2008; Campos, 2010), trazendo o enquadramento sobre o MST no período de 2001 a 2004.

### 3. A construção do MST nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*

Esta seção apresenta os principais argumentos utilizados pela mídia impressa na construção da imagem do MST em seus editoriais. Em razão da quantidade de textos jornalísticos, 67 ao todo, não foi possível a utilização de todos. Assim, optou-se por trabalhar com 23. Dessa forma, os fragmentos dos editoriais que foram inseridos representam e sintetizam de maneira latente as principais linhas argumentativas e padrões de cada enquadramento.

**A negação da condição camponesa:** de um modo geral, neste enquadramento, foram utilizados dois argumentos para deslegitimar as ações do MST. O primeiro seria a inabilidade dos sem-terra em trabalhar com a terra. O segundo consiste em uma construção do militante do movimento como um sujeito oriundo dos centros urbanos. A mídia impressa construiu o sem-terra como um indivíduo que não está apto ao labor rural, de tal forma que são desempregados urbanos apostando em uma oferta ilusória do MST. Os “falsos sem-terra têm as mais diversas origens, sendo raros os que têm conhecimento suficiente de técnicas agrícolas” (*O Estado de S. Paulo*, 2003a, p. A2). Prosseguem,

em janeiro de 2004: “[...] trabalhador da periferia jamais teve nenhum contato com o campo – integram os batalhões de invasores de fazendas” (*O Estado de S. Paulo*, 2004a, p. A2).

No editorial do dia 06 de junho de 2004, intitulado “Tirando férias com o MSTour”, a mídia construiu um MST como uma agência de viagens que promove férias a grandes massas de desempregados urbanos, os “falsos sem-terra”:

essa tem sido a regra das invasões de terras promovidas pelo MST e seus congêneres. **Na falta de verdadeiros sem-terra, arregimentam os excluídos da cidade para servir aos seus propósitos, duvidosos.** Talvez uma hipotética revolução salvadora [...] no mais, facilmente se comprova a manipulação a ideológica. **Pobres coitados, miseráveis e desempregados, habitantes infelizes da periferia das cidades, viraram sem-terra pela oferta ilusória do MST,** devidamente respaldada pela chamada Igreja progressista, que parece incitar à violência e à justiça na marra. [...] Os **falsos sem-terra** também aceitam engrossar a infantaria dos **sem lei** impelidos por uma motivação comum a quase todos os seres humanos desde tempos imemoriais: **a vontade de fazer de vez em quando algo diferente da mesmice de todos os dias** (*O Estado de S. Paulo*, 2004b, p. A3, grifos do autor).

O jornalismo opinativo de *O Estado de S. Paulo* se mostrou radicalmente contra a ideia da reforma agrária. No enquadramento analisado, o processo era apenas uma tentativa de resolução dos problemas da cidade com a migração para o campo. As “favelas rurais” seriam uma realidade de boa parte dos assentamentos. O fato de os trabalhadores desempregados estarem nos assentamentos só enfraqueceria a própria terra e mudaria a concentração de pobres da cidade para o meio rural. O argumento dos militantes, como desprovidos de conhecimentos necessários que a terra exige, apareceu alguns meses depois, em abril. Dessa vez, a mídia impressa investiu a falta de experiência com o aumento da inflação de gêneros alimentícios:

a pequena propriedade de subsistência – principalmente aquela ocupada pelos assentados do MST, que têm as mais diversas origens profissionais, **sendo raros os que têm conhecimentos suficientes de técnicas agrícolas** – não pode, simplesmente porque o ministro quer, produzir excedentes da noite para o dia. E, senão houver um abundante abastecimento dos gêneros que compõem a cesta básica, a “circulação monetária” de que, antecipadamente, se gaba o ministro Graziano, **apenas provocará o que já está se verificando nas primeiras localidades contempladas pelo Fome Zero: o encarecimento dos produtos de primeira necessidade** (*O Estado de S. Paulo*, 2003b, p. A2, grifos do autor).

A mídia impressa argumentou que os assentados não geram excedente na produção na terra devido a sua falta de entendimento com o labor rural, fato esse que desencadeava a não produtividade e posterior aumento dos preços de produtos da cesta básica. Dentro do enquadramento de negar a condição camponesa utilizada pela mídia impressa, prevaleceu uma lógica de inutilidade do militante perante a terra.

**Criminalização das lideranças:** as linhas argumentativas presentes neste enquadramento direcionaram ataques e criminalizações às lideranças sem-terra. Vale ressaltar que os argumentos não partem de juristas diretamente, mas da própria mídia impressa.

Por diversas vezes, os coordenadores e dirigentes do movimento eram retratados como manipuladores e arrogantes. As declarações dadas pelo MST nos jornais eram colocadas em contraposição com os editorialistas do jornal. Por exemplo, em ocasiões que as lideranças usavam o termo “manifestação” ou “ocupação”, o jornalismo opinativo tratou de desconstruir as palavras e salientar que tratava-se de invasões criminosas de propriedades privadas: “o que eles chamam de ‘manifestações’ incluíram, antes de ontem, a invasão do prédio do Incra, no Recife, e o sequestro, durante algumas horas, de três funcionários” (*O Estado de S. Paulo*, 2002a, p. A2). No mesmo ano, em editorial do dia 22 de agosto, o jornal se referiu aos líderes como:

emessetistas agem como os **mafiosos, em suas chantagens e ameaças** dirigidas, com um certo grau de sutileza, a autoridades públicas, ora se comportam da forma direta, explícita e **primitiva dos cangaceiros nordestinos** da primeira metade do século passado, cobrando para se ausentarem das cidades invadidas, ora partem para a guerrilha, própria das regiões mais atrasadas do continente latino-americano (*O Estado de S. Paulo*, 2002b, p. A2, grifos do autor).

Em agosto de 2003, o editorial intitulado “Guerra Insana no Campo” voltou a representar João Pedro Stédile – líder do MST – da seguinte forma: “profeta da fome e do desemprego. Assim pode ser carimbado o Stédile, ideólogo-mor do MST, ao incitar a luta contra os grandes empresários” (*O Estado de S. Paulo*, 2003c, p. A2). No mesmo editorial, a mídia se refere ao líder como “imbecil” e “ignorante” ao tentar travar uma guerra contra os produtores da “agricultura moderna, profissionalizada” porque seria, justamente essa última, que o levaria a alimentar as massas urbanas do Brasil.

**Argumentos legalistas e constitucionais:** os argumentos jurídicos foram amplamente utilizados pela mídia impressa. Os princípios de defesa da propriedade privada e do Estado de Direito são os mais utilizados para fazer ataques agressivos ao MST.

Mas nunca essa verdade foi tão bem ilustrada entre nós com o agora, com a “evolução” de um chamado movimento social no caminho da **ilegalidade, partindo do desrespeito à propriedade – pública e privada – e chegando ao confronto aberto com as instituições e autoridades públicas, procurando levá-las ao máximo de desmoralização**. É claro que o leitor já percebeu que estamos nos referindo ao Movimento dos Sem-Terra (MST) (*O Estado de S. Paulo*, 2004c, p. A3, grifos do autor).

O que ainda não se percebera, até agora, **era que o dito “movimento social” já tenta assumir funções do próprio Estado** – o que é demonstrado pela rede de ensino paralela que vem implantando no País, espalhada por 23 unidades da Federação (*O Estado de S. Paulo*, 2004d, p. A3, grifos do autor).

Em editorial, cujo título foi “As Labaredas do Inferno”, apareceu o argumento de que os limites da lei não deveriam ser ultrapassados, sendo obrigação o cumprimento das normas jurídicas. O MST foi retratado como uma organização oriunda do inferno, as suas labaredas seriam as suas ações fora da lei. No imaginário popular, o inferno é um local de sofrimento, de pessoas condenadas ao infortúnio eterno por suas ações em vida, seria um lugar repleto de demônios e maldades.

A defesa da propriedade, seja ela via constitucional, seja aquela em que os fazendeiros fazem justiça com as próprias mãos, também foi utilizada. Na visão do editorialista, quem se vê invadido, em terras ou imóveis, “possui o direito legítimo de defender o que é seu” (*O Estado de S. Paulo*, 2002c, p. A2). No editorial do dia 25 de abril de 2004(e), intitulado “Sim, está em jogo a autoridade”, a mídia conclamou o Estado a reagir contra o movimento sem-terra, uma vez que os direitos de livre circulação e da propriedade privada estavam sendo constantemente transgredidos pelo MST.

A publicação do dia 25 de janeiro de 2001 traz como título “O arrombador da República”, creditando ao movimento ações na qual o “arrombamento” é praticado pelo MST, que viola a ordem constitucional vigente, sem sequer dispor de um CNPJ. O mesmo texto acusa os sem-terra de promover “[...] a lavagem cerebral das crianças acampadas em suas versões caboclas de madraças fundamentalistas islâmicas” (*O Estado de S. Paulo*, 2001, p. A2).

Em 28 de julho de 2003(d), o jornal acusou o MST de praticar ações que vão de encontro às ordens democráticas, na qual as regras da república estariam diretamente em risco com os atos da organização. Condições pré-revolucionárias estavam fomentadas no país, os sem-terra estavam caminhando para a efetivação do “Plano R”, expressão que também dá nome ao editorial. A revolução estaria iminente e seria coordenada por lideranças dos sem-terra. Dessa forma, a mídia conclama que a tolerância à organização deveria acabar.

Em 2003(e), insatisfeito com a liberdade do líder José Rainha, o editorial de 13 de setembro lançou uma ofensiva a uma suposta triangulação do ministro José Dirceu, do secretário de justiça do estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, e do governo paulista do PSDB. A tríplice foi acusada de impedir a prisão de Rainha. As autoridades foram apontadas como usurpadores dos direitos da democracia, o princípio da impessoalidade foi ferido, as “influências” e os “jeitinhos” fizeram suspender a prisão do líder do MST, na ótica da mídia.

**Negativação do sujeito sem-terra:** este enquadramento refere-se às negativas dos indivíduos que compõem o movimento. Em várias ocasiões, os militantes foram chamados de “ameaçadores”, “improdutivos”, “problemáticos”, “sem razão de existir”, “arruaceiros”, “inviáveis”, “agressivos”, “fascistas”, “criminosos rurais” e “bandidos de colarinho branco”.

Reforçando o estereótipo de violento, o editorial do dia 25 de janeiro de 2002 trouxe o MST como “brutal”, “agressor da vida humana”, “capaz de cometer diversas modalidades de ações delinqüenciais”. No texto em questão, o MST foi representado assim: “[...] essa sigla está ligada, de maneira indissociável, a diversos tipos de violência” (*O Estado de S. Paulo*, 2002d, p. A2). O jornal representou o movimento como praticante de diversos crimes.

**Por sobre seus métodos fascistas de atuação, no que não faltaram depredações de sedes de fazendas, matanças de animais, acampamentos predatórios em propriedades rurais produtivas, bloqueio de estradas, roubo de cargas e de pedágios e mais um sem-número de ações antissociais, quando não claramente criminosas, praticadas durante suas ocupações,** o MST também contribuiu, decisivamente, para o desvirtuamento da reforma agrária, na medida em que deslocou para os assentamentos famílias sem qualquer experiência, ou vocação - e às vezes sem qualquer necessidade - para lidar com a terra (*O Estado de S. Paulo*, 2003e, p. A2, grifos do autor).

Há bastante tempo que esse chamado “movimento social” também vem **perpetrando crimes típicos de “colarinho branco”, com os desvios de dinheiro de origem pública - por meio de operações financeiras, as mais cabeludas, capazes de canalizar grandes somas de dinheiro para os bolsos particulares de seus líderes** (*O Estado de S. Paulo*, 2004f, p. A2, grifos do autor).

Além de construir uma imagem criminoso do MST, o jornal buscou informações sobre o movimento dentro dos domínios eletrônicos e pedagógicos dos sem-terra. Em uma leitura do caderno Educando, do Jornal Sem Terra, *O Estado de S. Paulo* (2004g, p. A2) diz que a organização não seria um movimento social, mas “político revolucionário”, voltado para “destruição da economia de mercado, da democracia e das liberdades”. Por fim, ironiza o ABC inserido na cartilha: “para soletrar, a liberdade deveria ser retirada, o alfabeto do MST é o abc das invasões, depredações, sequestros e destruições” (p. A2).

**O MST não deveria existir:** este enquadramento representa uma linha argumentativa de que o MST não deveria existir e apresenta razões diversas para a sua extinção.

Voltando ao Brasil, não são poucos os que se confundem com o linguajar bravio e convicto dos militantes do movimento dos honoráveis trabalhadores sem-terra. **O MST ameaça botar fogo nos campos do Brasil.** Tudo em nome da eliminação dos latifúndios e da nobre causa da terra a quem não a tem. **Mal sabem eles que a sua hora já passou** (*O Estado de S. Paulo*, 30. maio. 2003f, p. A2, grifos do autor).

Em um editorial cujo título foi “O MST que se lixe”, o texto demonstra o tratamento que a mídia utilizou nos seus editoriais para se referir ao movimento. A expressão transmite uma ideia de que não devemos ligar ou nos importar com os sem-terra. A conclusão do texto, e de muitos outros, é uma pergunta direcionada diretamente ao leitor de *O Estado de S. Paulo*: “você, leitor,

já reparou que de uns anos para cá, o MST além de promover arruaças urbanas, só tem invadido propriedades produtivas?" (*O Estado de S. Paulo*, 2003g, p. A2). Em outra publicação, a organização foi representada como inviável, uma vez que o MST "não contribui em nada para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, para a produção agropecuária, para a melhoria do emprego, da renda ou das condições de vida no campo" (*O Estado de S. Paulo*, 2004f, p. A2).

No dia 06 de setembro, o jornal traz declarações do sociólogo Zander Navarro para comprovar que "o MST não é um movimento social, no sentido sociológico, e menos ainda popular. É apenas uma organização pequena, do sistema político" (*O Estado de S. Paulo*, 2003h, p. A2). Ancorada nas declarações de Navarro, a mídia argumenta que as ações dos sem-terra são "infantis e inconsequentes". O sociólogo retrata a orientação do movimento como "leninismo pueril", responsável por estratégias fracasadas do movimento. A conclusão do editorial, ancorada em Navarro, é que a entidade não deveria existir: "[...] ela em nada contribui para a reforma agrária ou para a solução do problema fundiário do país" (*O Estado de S. Paulo*, 2003h, p. A2).

**Agronegócio e neoliberalismo:** o jornal apresenta uma forma particular de enquadrar questões econômicas relacionadas à agricultura familiar e ao agronegócio. De modo geral, a mídia coloca um conflito entre ambas. Em um dos poucos momentos, a mídia impressa demonstrou abertamente as suas convicções e o que seria a sua ideologia econômica, em editorial chamado "O falso enfoque agrário":

**MST é um partido político não legalizado.** As teses que defende são políticas. **Não acreditam, seus líderes, na economia de mercado.** Seus integrantes são contrários à **propriedade privada**, a não ser a dos que se filiam às suas plataformas ideológicas e políticas. **Têm horror à riqueza dos outros, que pretendem transferir para si mesmos e**

**para os demais correligionários. [...] Criando uma República própria dos “acampados” no país, que capta os novos desempregados, por força de uma recessão provocada por excesso de tributos e de juros [...] **Jamais dizem que o Brasil é uma potência agropecuária superior aos países desenvolvidos e que luta - exatamente por sua eficiência - para ter espaço na globalização econômica. Jamais invadem terras improdutivas, mas sim terras produtivas, justamente aquelas que estão permitindo ao Brasil essa magnífica performance no cenário mundial** (*O Estado de S. Paulo*, 2003i, p. A2, grifos do autor).**

O jornal faz uma defesa irrestrita do agronegócio, a qual atribui eficiência e uma alta produtividade. Além disso, uma união da financeirização com a agricultura, o que permite que ações sejam vendidas e compradas em bolsas de valores, associada a um determinado gênero alimentício, também apareceu na mídia. Trata-se de um viés liberal que aparece no editorial do dia 27 de julho de 2003, cujo título é “Um país que assusta o investidor”. A mídia impressa fez um alerta ao governo petista, ressaltando que o crescimento econômico dos anos seguintes iria depender da segurança oferecida ao investidor, “só com a participação do setor privado, nacional e estrangeiro o país poderá ampliar e modernizar sua infraestrutura” (*O Estado de S. Paulo*, 2003j, p. A2).

Em 30 de maio de 2004 o editorial do jornal defendeu mais uma vez os interesses dos investidores no Brasil, dessa vez salientando que os investimentos em reforma agrária não trazem conforto ao capital para ser aplicado no país. Destinar dinheiro no processo de reforma era uma estratégia errada no entendimento da mídia, uma vez que as ocupações estavam reagindo com armas de fogo, por parte dos fazendeiros, fato que estaria assustando investidores internacionais. Por fim, o texto conclama o Estado brasileiro para priorizar investimentos em áreas que possam dar tranquilidade aos recursos dos investidores por setores do capital financeiro. “A prioridade deveria ser aquela que dá aos investidores a tranquilidade que seus recursos não serão de forma alguma expropriados” (*O Estado de S. Paulo*, 2004h, p. A2).

**Pressão Política:** os enquadramentos de pressão política aparecem fundamentalmente no ano de 2003, durante o mandato do então presidente Lula. Trata-se de opiniões e juízos de valor relacionados aos direcionamentos da gestão petista.

O jornal afirmou que Lula não teria condições de enfrentar os sem-terra caso não demitisse o então ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o presidente do Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA). Esses servidores da burocracia federal seriam “companheiros de viagem” de Lula, e responsáveis pela tragédia no campo brasileiro. No mesmo editorial, de abril de 2004, a mídia desaprovou a alocação de recursos para a reforma agrária. No dia 22 de agosto de 2004, quando o então presidente anunciou que 4,5 mil cargos seriam incorporados ao INCRA – órgão responsável por promover a reforma agrária –, o jornal salientou que o governo não poderia agir de acordo com a pressão dos movimentos sociais.

A argumentação utilizada foi a de que o aumento do funcionalismo seria danoso ao país e que todos os cargos seriam indicados por João Pedro Stédile e que nenhuma indicação seria da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A CNA é uma entidade que atua desde a década de 1980 visando ser representante de uma agricultura de larga escala.

No ano de 2003, com a alteração do presidente do INCRA, o editorial do dia 06 de outubro comentou a situação como “uma burrice”, o nome do dirigente do instituto não seria capaz de devolver a paz no campo, uma troca que “não resolveria nada”. O próprio INCRA, na visão do editorial, só servia para repassar dinheiro público para a organização “paraestatal”, “uma vez que a maior parte de seus recursos advém direta ou indiretamente das instituições públicas” (*O Estado de S. Paulo*, 2003l, p. A2).

#### 4. Uma leitura crítica dos dados

Em um primeiro momento, é necessária uma contextualização histórica e política do período analisado. O último governo PSDB foi marcado por uma intensa repressão do Estado contra os militantes, de sorte que as crescentes mobilizações e demonstrações políticas do MST, na década de 1990, culminaram na Medida Provisória n.º 2.027-38, de 2000, que delegava à União a entrada nos imóveis para fim de vistoria e, posteriormente, a compra para fim de desocupação.

A MP punia, com exclusão do programa de reforma agrária, qualquer participante de ocupações de terra no Brasil. No ano de 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso anunciou a Medida Provisória n.º 2.109-52, que alterava o decreto anterior, garantindo um controle institucional maior ao Estado na aplicação de lei para punir movimentos sociais que lutavam por terra. A medida passou a responsabilizar os membros da ocupação judicial e criminalmente, e também as entidades ou organizações que auxiliassem, incentivassem, participassem ou induzissem ocupações ou conflitos agrários ou fundiários. Eram punidos de todos os repasses de verbas, financiamentos e crédito público (Brasil, 2001).

Assim, o governo FHC, por meio da legalidade da Constituição e da burocracia federal, forçou os movimentos de terra a recuar na ocupação, seja de propriedades de terra, seja de prédios públicos (Fernandes, 2010). Com as Medidas Provisórias não seria mais imprescindível a mediação e interlocução do MST com o governo. Durante o período, os diversos sujeitos sem-terra eram cadastrados diretamente nos postos de reforma agrária pelo Brasil, o que fez despencar as ocupações e o número de famílias assentadas. Conforme Girardi (2008), as ocupações de terra em 2001 e 2002 caíram de maneira expressiva: se, em 2000, existiam 100 mil famílias em ocupações de terra, esse número caiu para 50 mil no ano seguinte.

Em 2003, marcou-se a ascensão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Executivo Federal e, antes mesmo de tomar posse, Lula prometia uma ampla reforma agrária, democrática e popular. Durante o primeiro ano da gestão do PT, a expectativa de reforma agrária se espalhou por vários movimentos de luta pela terra. O ex-presidente fez discursos sinalizadores de uma ampla reforma agrária. Se nos anos de 2001 e 2002 o movimento sem-terra sofreu uma repressão, em 2003 existiu uma iminência real da reforma agrária, até mesmo um Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborado.

O aumento do número de matérias no ano de 2003 e a postura mais agressiva e criminalizadora por parte da mídia impressa podem ser explicados pela iminência de reforma agrária e, posteriormente, pela grande mudança estrutural e fundiária no Brasil. Os dados apontam que os editoriais visam barrar e desconstruir qualquer tentativa de ganhos políticos e sociais para o movimento. A ascensão do Partido dos Trabalhadores pode ser considerada como um sinal de alerta para *O Estado de S. Paulo*.

Os quatro anos analisados são marcados por uma inexistência e baixa adesão às ferramentas como smartphones, internet e computadores. O começo da década no Brasil não contava com a diversidade de mídias e redes sociais presentes nos dias de hoje. Trata-se de um momento em que televisão, rádio e mídia impressa exerciam uma grande hegemonia. No caso do OESP, a literatura (Pilagallo, 2012; Severiano, 2012) já aponta como as relações sociais e de poder no Brasil são intermediadas pelo jornal.

Os enquadramentos construídos nas matérias e editoriais foram radicalmente contrários ao MST. A linha editorial fez do movimento um algoz, um inimigo declarado, um grupo diabólico que não deveria nem sequer existir. A negação da condição sem-terra e da sua capacidade de labor com a terra presente nos editoriais estruturou argumentos em que os militantes não podem receber a terra e não a merecem porque são desempregados urbanos e

não têm condições técnicas de produzir riqueza da terra. O sujeito sem-terra, da base do movimento, foi construído como um alienado político que segue ordens de lideranças autoritárias e corruptas. O discurso utilizado pela mídia de negar a capacidade técnica dos sem-terra e de recrutar trabalhadores urbanos tem por finalidade barrar a reforma agrária e responsabilizar os movimentos sociais por alterações migratórias e de violência no campo e na cidade (Vieira, 2019).

A mídia também utiliza, de maneira massiva, a criminalização e a difamação dos militantes do MST. O ato de criminalizar, segundo Escrivão Filho e Frigo (2010), é o fato de atribuir crime a alguém ou manifestação. A criminalização se dá por meio de um processo estruturado de violência física e simbólica, na medida em que setores utilizam das suas funções para aplicar uma natureza criminosa aos movimentos sociais, sempre sob o argumento de manter a democracia, as instituições e a ordem.

O jornal dedica-se a construir e elaborar tipificações de crimes, desvios e delitos como vandalismo, corrupção, roubo, sequestro e formação de quadrilha. De forma acentuada, também foi utilizada a designação do crime de invasão, palavra que sacraliza o discurso de criminalização com base na imutabilidade e defesa irrestrita da propriedade privada, fato que torna eterna a atual estrutura fundiária brasileira e oculta a função social da terra (Indursky, 2019).

Nessas construções estereotipadas sobre sujeitos criminosos, surge uma indústria do medo e da insegurança, que atribui conflitos e transgressões a um único grupo social, de forma que os sem-terra passam a ser temidos e rejeitados, canalizando estigmas e depreciações (Lemes, 2018).

Também é intensa a predileção do jornal opinativo de *O Estado de S. Paulo* em se fixar em noticiar crimes. Como consequência, a mídia impressa constrói uma relação em que precisam existir culpados para aplicar a lei e necessita-se reprimir de maneira ju-

rídica e penal os culpados pelas “invasões” e conflitos. Por mais que a mídia não faça parte do sistema penal tradicional, ela traz para si uma aliança entre criminalização e exigências punitivas, que tornam os meios de comunicação parte de um controle social informal (Lemes, 2018; Budó, 2013). Os editoriais analisados insistiram que o MST desmoraliza a justiça, as instituições e as autoridades públicas, em um grande apelo para que os sem-terra sejam contidos de maneira jurídica e penal.

O jornal, além de inserir o MST em determinados *frames*, realiza uma espécie de vigilância de determinados sujeitos caracterizados como transgressores e ameaçadores. Esse mecanismo funciona como uma retroalimentação entre crime e punição, em que inimigos são construídos e, posteriormente, combatidos. Dessa maneira, a organização dos sem-terra aparece como um bando criminoso que confronta a lei, assim, é necessário não apenas criminalizar o movimento, mas também penalizá-lo (Lemes, 2018).

O processo de criminalização e posterior culpabilização jurídica sinaliza que a mídia entende o processo de ocupação e contestação da estrutura fundiária como atividade criminosa. Qualquer repasse de verba ou incentivo político para o MST é visto, aos olhos dos editoriais, como corrupção e desvio da finalidade do Estado. Esse processo significa que o jornalismo opinativo de OESP defende a imutabilidade da propriedade privada e da estrutura fundiária brasileira, ignorando que a terra possua uma função produtiva, ética e social.

Os apelos constitucionais e jurídicos também podem ser explicados pelo fato de o jornal ser um defensor histórico da ideologia da “ordem e progresso” (Fonseca, 2005). O Estadão possui um forte caráter conservador e retrata quase todos os conflitos sociais, dentre eles as ocupações de terra, como causadoras de prejuízos e atentatórias à ordem pública (Guilherme, 2018; Fonseca, 2005). Trata-se de um verdadeiro temor pela “subversão” da ordem econômica e jurídica.

O combate incessante ao movimento social também se deve ao fato de o MST apresentar, para o Estado e sociedade civil, uma outra leitura jurídica possível da Constituição Federal. Essa interpretação questiona os grandes latifúndios improdutivos e, ancorados no artigo 5º da CF, os sem-terra pressionam por desapropriações das terras improdutivas. Essas ações são sempre combatidas, uma vez que a grande imprensa busca criminalizar projetos questionadores, quase sempre por meio da defesa irrestrita da propriedade (Viera, 2019). Os editoriais de OESP defendem posições de maneira expressiva e incisiva, rejeitando qualquer tipo de visão ou expressão contrárias às suas (Fonseca, 1997). Trata-se de uma espécie de “dirigismo” do cidadão médio e do Estado brasileiro, em que o jornal constrói as suas opiniões como se fossem o bem comum da nação. Esse bem comum é simbolizado como uma necessidade de destruição e combate ao MST.

Essa perspectiva é uma das características mais latentes dos editoriais do jornal. Existe uma tentativa de persuadir e dirigir o poder público e a sociedade civil. A própria mídia oferece a sua visão sobre a disputa na formação de ideias e valores: “[...] informar a opinião pública por um lado, e por outro, de ajudar a formá-la” (*O Estado de S. Paulo*, 1984 apud FONSECA, 1997, p. 116). Além disso, é possível notar que o jornal OESP procura dirigir-se diretamente a um leitor mais elitizado, os chamados formadores de opinião e classe média (Guilherme, 2008; Fonseca, 1997). Esses extratos sociais, na interpretação da mídia, possuem uma missão de difundir a narrativa consumida diariamente nas suas páginas.

Ao fim do ano de 2002, e conseqüentemente, a vitória do Partido dos Trabalhadores no ano de 2003 gerou um aumento das disputas em torno de questões fundiárias. De maneira precisa, foi encontrado na pesquisa aquilo que Zuin (2018) levanta: momentos de relevância nacional e de iminência de uma possível reforma agrária fizeram com que a mídia colocasse em oposição a agricultura familiar, construída como arcaica e improdutiva, e

o moderno agronegócio, concebido como produtivo e gerador de riquezas. A mídia nitidamente se coloca como uma defensora irrestrita dos investidores e das garantias contratuais. Vieira (2019) pontua que as mídias hegemônicas acabam por se aliar ao discurso de produtividade e do neoliberalismo.

Uma digressão ao começo da década de 2000 é necessária para entender a defesa absoluta do agronegócio e a sua associação com a mídia. Esse é um momento histórico que tanto os gêneros alimentícios produzidos pelos produtores de grande escala quanto os veículos midiáticos possuem ações cotadas na bolsa e um grupo diverso de acionistas. As construções sobre o MST, nessa esfera, traduzem uma ideia de que o movimento social pode desvalorizar determinadas ações por uma suposta falta de paz no campo, das garantias contratuais e da propriedade privada. Assim, a organização é construída como um grupo que assusta os investidores, com capacidade de desvalorizar ativos financeiros cotados em bolsas de valores. Vale ressaltar que esse momento histórico contava com grande valorização do agronegócio<sup>7</sup> e crescente rendimento desse setor. No primeiro ano da análise (2001), o faturamento era de 63 bilhões, e, no último (2004), foi de 111 bilhões de reais.

Desse modo, o Grupo Estado e outras empresas jornalísticas são também grupos financeiros e grandes atores do mercado, com capacidade de influência sobre a valorização de determinados ativos econômicos. Como resultado, certos meios de comunicação social difundem uma ideologia mercadológica financeira em forma de informação, promovendo uma visão de mundo ideal (Ramonet, 2013), quase sempre ancorada em produtividade e ganhos.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://blog.climatefieldview.com.br/qual-e-a-participacao-do-agro-negocio-no-pib-e-nas-exportacoes-brasileiras>. Acesso em 04 ago. 2021.

A união entre agronegócio e comunicação também está atrelada à política. Segundo Aires e Santos (2017), apenas entre os oito maiores políticos do Brasil, entre eles prefeitos, senadores e deputados federais, se concentram outorgas de TV, rádio e jornais. Além disso, apenas nesse grupo, se concentram 180 mil hectares de terra.

A imprensa se posiciona dentro das razões apresentadas como uma ferramenta de manutenção da estrutura fundiária e reproduz discursos, cuja análise visa a desqualificação e a criminalização dos sujeitos antagônicos a suas visões. O empenho e o esforço em destruir o “grupo perigoso” do MST são parte de um projeto estrutural que mira barrar mudanças de ordens econômicas e sociais no campo brasileiro. A mídia investigada responsabiliza o MST e seus militantes como agentes de um caos no campo que retira a possibilidade de os grandes empresários rurais produzirem. O movimento social é retratado como incapaz de produzir e extrair riqueza da terra, e que nutre uma inveja do sucesso do modelo “próspero” do agronegócio.

A linha ideológica e econômica do jornalismo editorial do OESP é o conservadorismo-liberal-antiestatal. Assim, não toleram que o Estado promova qualquer tipo de intervenção na estrutura fundiária brasileira e no universo social do campo brasileiro. O editorial de OESP é radicalmente contrário aos assentamentos de terra, liberação de linhas de crédito agrícola para os movimentos sociais e que governos e prefeituras intervenham de alguma maneira em prol dos sem-terra. Trata-se de uma defesa incondicional da “Livre Empresa Rural”, categoria cunhada pela mídia que apela pela autorregulação do campo brasileiro e pela manutenção da estrutura fundiária contra a reforma agrária.

Está presente nos editoriais analisados um maniqueísmo instalado pela mídia entre nós vs. eles, o “nós” carrega a legalidade, o bem, a produção e o respeito ao Estado. O campo semântico

“eles” é representado pelo MST e por todas as mazelas que esse movimento carrega, aos olhos do jornal. Essa prática foi percebida também por Lemes (2018) e Budó (2013), definindo-a como ações que visam a inflamar uma polarização social e política dentro da sociedade. Os antagonismos, as hostilidades e as oposições são próprios da mídia, a elaboração de dicotomias históricas é uma arma retórica contínua da grande imprensa (Motta, 2010; Fonseca, 2005).

Disso decorre também uma situação em que o jornalismo transmite para a sociedade civil ideias temáticas de lutas entre as forças do bem e do mal, em que ações de combate seriam necessárias para a destruição de um inimigo, incitando antagonismos e enfrentamentos, o que alimenta o confronto em sucessivas afirmações, promove hostilidades, exacerba os conflitos (Motta, 2010).

Como apontado na seção 3, existe uma forma conservadora e padronizada de enquadrar as questões fundiárias no jornal: trata-se de posições antirreforma agrária e de oposição ao MST. Esse padrão do OESP transmite uma ideia de constante batalha entre partes (produtores x sem-terra; ordem x desordem; agronegócio x agricultura familiar). Como em qualquer conflito envolvendo duas partes, a mídia normaliza que um dos lados se empenhe a qualquer custo em defender a propriedade. O enquadramento de guerra presente nas mídias, apontado por Motta (2010), abarca representações e discursos com temas em que forças do bem e do mal se enfrentam e que só pode existir um único perdedor, nesse caso, o agronegócio que necessita derrotar o MST. Nesse processo, o jornal opinativo de *O Estado de S. Paulo* utiliza uma narrativa de que o agronegócio precisa superar inúmeros obstáculos e adversidades e, ainda assim, permanece com uma performance produtiva excelente.

A transformação de problemas sociais e políticos em conflituosos, por parte da mídia, resulta naquilo que Butler (2020), de

maneira precisa, chama atenção: certos enquadramentos atuam para que algumas pessoas não sejam consideradas qualificadas o suficiente para serem consideradas vidas. A autora salienta que, se um indivíduo não está enquadrado dentro de normas e padrões, então a sua existência é descartável e não é passível de luto. Esse é o caso do sujeito sem-terra e das lideranças do MST, sempre qualificados como criminosos, diabólicos, improdutivos, mafiosos.

Butler (2020) salienta que a capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de normas que caracterizam um indivíduo enquanto ser passível de empatia. Os exemplos dos editoriais moldam um grupo social para que não seja reconhecido enquanto sua própria natureza, humanidade e identidade:

- 1) A mídia retira o seu aspecto camponês e sua relação produtiva com a terra. Isso significa que as construções sobre o sujeito sem-terra ignoram que a base do movimento é composta em sua grande maioria por camponeses (Stédile; Fernandes, 2001), com uma relação histórica, cultural e de identidade com a terra.
- 2) O jornal subverte a ideologia e o aspecto religioso do MST. Conforme debatido, o movimento social possui profundas ligações com o cristianismo, sobretudo na Igreja Católica, que promoveu noções de justiça social cristã aos sem-terra. Salienta-se que esse movimento empreende romarias católicas e adota em suas místicas aspectos do cristianismo católico. Ao retratar os sem-terra e a sua organização como diabólica, a mídia inverte para o leitor a base da crença e da justiça social do MST.
- 3) O OESP transforma a principal ferramenta de luta do movimento social, a ocupação de terra, em um ato criminoso e passível de punição. Ao ignorar a função social da terra prevista na Constituição Federal, a mídia impressa acaba rotulando as ocupações de terra em crime de invasão. Dessa forma, o

movimento tem a sua principal ação de luta constantemente agredida nos discursos editoriais.

A guisa de conclusão, por mais que a mídia, aqui analisada, seja radicalmente contrária ao MST, é necessário destacar a capacidade do movimento social em empreender ações que chamem atenção das grandes mídias e do Estado: conseguiu estar nas pautas dos principais jornais assegurando um espaço midiático (Melo, 2009). Em um contexto em que o jornal ocupava um papel de grande destaque na comunicação, é primordial que o MST adequasse a sua luta, visando os meios de comunicação.

Sobretudo no governo FHC, o trabalho dos sem-terra em relação à mídia foi fundamental. A cobertura da Marcha à Brasília, no primeiro governo PSDB, foi noticiada por dezenas de mídias nacionais e internacionais. Também nesse ano, o presidente passou a reconhecer e “se referir explicitamente ao movimento” (Comparato, 2001, p. 117). O incômodo do governo foi justamente a habilidade que o MST demonstrava em aparecer e dialogar nas diversas mídias brasileiras. Ressalta-se que, anteriormente a Marcha à Brasília e ao Massacre de Corumbiara em 1995, o governo PSDB não reconhecia a existência do MST e se recusava ao diálogo com o movimento social:

Para ele [Fernando Henrique Cardoso], o MST não existia. Derrotamos essa tática de uma maneira voluntária e também involuntária. A involuntária foi o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. A voluntária foi o nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas que nos recolocou na imprensa (Stédile; Fernandes, 2001, p. 143).

Foi também o reconhecimento midiático sobre alguns eventos e o crescente aumento dos editoriais, na década de 1990 e começo dos anos 2000, que transformaram o MST no maior movimento

social de terras do Brasil, ultrapassando a CONTAG e a CUT Rural (Comparato, 2001).

## Conclusão

Os dados demonstraram uma mídia ativa que colocou em prática um constante discurso estigmatizante e contrário ao MST. O jornal tratou de despolitizar as ações dos sem-terra, tornando o tema fundiário bélico, quando, por outro lado, o MST argumenta que suas ações querem sanar problemas fundiários, de desigualdade e cidadania (Stédile; Fernandes, 2001). Diante dos seus interesses nas questões fundiárias, o editorial do OESP tomou partido do agronegócio e da não-realização da reforma agrária em editoriais referentes às temáticas relacionadas à terra.

A retórica dos editoriais evoca sentimentos negativos relacionados ao sem-terra e à reforma agrária. Trata-se de um discurso de cunho conservador, pois apela para a ordem e constrói inimigos usando termos como arruaceiros, bandidos e violentos. Foram constatadas construções em que o MST aparece como um forasteiro social, que deseja alterar o *status quo* fundiário, levando desordem e caos ao campo. Construí-lo como ameaça é fundamental para que a sociedade, especialmente aqueles setores que não estão diretamente ligados ao campo, passem a estigmatizar os sem-terra.

A estratégia adotada por parte do editorial de *O Estado de S. Paulo* passou por argumentos de produtividade, corrupção, violência, moralidade, até chegar naquilo que soa como mais grave: “o governo e a sociedade deveriam acabar com isso (MST)” (*O Estado de S. Paulo*, 2004d, p. A2).

Os editoriais desvelam uma construção midiática sobre o movimento social que retira e estigmatiza os principais pilares do MST, na sua forma de ação, por meio das ocupações, na maneira

como utiliza e produz na terra, por meio da agricultura familiar, nas suas lideranças e dirigentes, e nas suas razões de existir enquanto organização social, que agrupa excluídos do acesso à terra. A mídia enquadra o movimento social de uma maneira desconstrutiva.

Os dados mostram que o editorial impõe, de maneira contínua e agressiva, valores de manutenção de *status quo*, da ordem, da manutenção dos privilégios rurais e da não aceitação da ascensão social de camadas sociais historicamente marginalizadas.

Existe nos editoriais um discurso que revela uma ordem social e valores normativos atrelados ao conservadorismo, à moral e à ordem. Os textos analisados colocam o MST em um local de usurpação da lei e da ordem e também da agenda econômica do agronegócio

O conteúdo dos editoriais chama atenção para o problema da exploração das terras no Brasil. O debate sobre o acesso à terra é histórico e problemático, esse é o tema de fundo de todas as discussões empreendidas pela mídia. Em momentos em que visões divergentes sobre a democratização do direito à terra são inseridas no debate público, como no caso do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo do PT em 2003, o editorial de *O Estado de S. Paulo* tratou de utilizar enquadramentos que visam barrar a reforma agrária e criminalizar o MST.

Para além dos enquadramentos construídos sobre o movimento social, esta pesquisa oferece uma base empírica para refletir sobre a visão de ordem social e fundiária da mídia impressa do editorial do Estado de S. Paulo. Essa ordem, amálgama de silenciamento, criminalização, pressão política e lobby pró-livre mercado, tem por finalidade deslegitimar e barrar o MST enquanto sujeito político e intermediador da pauta da reforma agrária e da cidadania.

## Referências

Aires, Janaine; Santos, Suzy. **Sempre foi pela família. Mídias e Políticas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

Azevedo, Fernando A; Chaia, Vera L. M. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). In: MIGUEL, Luis F; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia Representação e Democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 105-136.

Bauer, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, Martin W., Gaskell, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 189-217.

Berger, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: editora Universitária/UFRGS, 1999.

Botelho Egas, Heloiza de A. P. **Movimentos Sociais e Estado Resistências e contra hegemonia na ação do MST**. 2008. 286 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Medida provisória n.º 2109-52**, de 24 de maio de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis n.º s 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 2001.

Brasil. **Medida provisória n.º 2.027-38**, de 4 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1o de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 maio 2001.

Breton, Philippe; Proulx, Serge. **Sociologia da comunicação**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Brito, S. **A argumentação e a perlocução no discurso jornalístico: o editorial**. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poéticas Visuais) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, São Paulo.

Budó, Marília de N. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

Butler, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Calado, Fabrício. "Jornal da Tarde" deixará de circular após 46 anos; Grupo Estado fala em reduzir custos. In: **UOL**. Notícias: Cotidiano. [S. l.], 29 out. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/29/grupo-estado-anuncia-fim-do-jornal-da-tarde-apos-46-anos.htm>. Acesso em 13 dez. 2021.

Caldart, Roseli S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001, p. 207-224.

Caldart, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Campos, Marcos Paulo. Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista Veja. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n.107, 2010, p. 129-138.

Comparato, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo Em Perspectiva**, v.15, n.4., 2001, p. 105-117.

Escrivão Filho, Antônio S; Frigo, Darci. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? In: Canuto, A. et al. (Coord). **Conflitos no Campo Brasil 2009/CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Faoro, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

Fernandes, Bernardo M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: Carter, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 161-198.

Fonseca, Francisco César Pinto. Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso. **Opinião Pública**, v. 4, n. 2, 1997, p. 114-121.

Fonseca, Francisco César Pinto. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. Editora Hucitec, 2005.

Girardi, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Goffman, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Gonçalves, Eduardo R. de Lima. **A representação do MST na revista ISTOÉ**. Mestrado em Ciências Sociais. Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2008.

Guilherme, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Dimensões**, n. 40, 2018, p. 199-223.

hammond, John L. The MST and the media: competing images of the Brazilian Landless Farmworkers' Movement. **Latin American Politics and Society**, v. 46, n. 4, 2004, p. 61-90.

Indursky, Freda. **O Discurso do/sobre o MST**: Movimento social, sujeito, mídia. 1. ed. Campinas: Pontes, 2019.

Lemes, Narcilene M. M. **Sistema Penal e Criminalização do MST**. Curitiba: CRV, 2018.

Marques, Marta Inez M. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Lutas e Resistências**, Londrina, v.1, 2006, p. 184-196.

Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Matthes, Jörg.; Kohring, Mathias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, 2008, p. 258-279.

Melo, Paula Reis. 25 anos do MST: Um breve histórico de sua visibilidade midiática. **Revista memória em movimento**, v. 5, n. 5, 2019, p. 1-19.

Moraes, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: Moraes, Dênis de; Ramonet, Ignacio; Serrano, Pascual (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação**. Boitempo Editorial, 2013, p. 19-52.

Motta, Luis G. Enquadramento lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In: Miguel, Luis F; Biroli, Flávia (Org.). **Mídia Representação e Democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 137-151.

O Estado de S. Paulo. O arrombador da República. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2001. Editorial, p. A3.

\_\_\_\_\_. Profetas da fome. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19/08/2002a. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. O ministro que o MST queria. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28/12/2002b. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. As labaredas do inferno. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/05/2002c. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. MST: violência de mão dupla. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2002d. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Os falsos sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/04/2003a. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. As favelas rurais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16/09/2003b. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Guerra Insana no campo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19/08/2003c. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Plano R. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28/07/2003d. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Métodos Fascistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17/03/2003e. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. A sua hora passou. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/05/2003f. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. O MST que se lixe. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/08/2003g. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Anatomia do movimento social. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/08/2003h. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Um falso enfoque agrário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14/10/2003i. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Dança das cadeiras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/09/2003j. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. A extorsão dos sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22/01/2004a. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Tirando férias com o MSTour. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/06/2004b. Editorial, p. A3.

\_\_\_\_\_. O MST ataca novamente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05/07/2004c. Editorial, p. A3.

\_\_\_\_\_. País bom só para sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18/04/2004d. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Sim, está em jogo a autoridade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/08/2004e. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Desfalque no MST. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23/10/2004f. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. ABC do MST. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/09/2004g. Editorial, p. A2.

\_\_\_\_\_. Um país que assusta os investidores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23/10/2004h. Editorial, p. A2.

Pilagallo, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012

QUAL é a participação do agronegócio no PIB e nas exportações brasileiras? In: **Climate FieldView**. [S. l.], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://blog.climate-fieldview.com.br/qual-e-a-participacao-do-agronegocio-no-pib-e-nas-exportacoes-brasileiras>. Acesso em 14 dez. 2021.

Ramonet, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: Moraes, Dênis de; Ramonet, Ignacio; Serrano, Pascual (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação**. Boitempo Editorial, 2013, p. 53-70.

Sant'Anna, Lourival. **O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Severiano, Mylton. **Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família Mesquita que tentou tomar o poder pelo poder das palavras - e das armas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

Souza, Sonia Maria Ribeiro. O MST e a mídia: o fato e a notícia. **PEGADA-A: Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002, p. 1-10.

Stédile, J. P.; Fernandes, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

Thompson, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014

Vieira, Fernando A. da C. **Navegando contra a maré: entre o MST e a mídia**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

Vimieiro, Ana Carolina; Maia, Rousiley. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, 2011, p. 235-252.

Zuin, Aparecida L. A. **A mídia e sua relação com os movimentos sociais (direito à terra): criminalização e a estrutura de poder**. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em 11/01/2022

Aceito em 09/05/2022